



Documento Assinado Digitalmente por: AURELIO FRANCA VIEIRA, FRANCISCO DE ASSIS TAVARES FILHO
Acesse em: <https://stc.ece.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: 31353067-10e4-4db0-8c4b-6fe0108e154f



CÂMARA MUNICIPAL DE PARNAMIRIM

Casa Antonio Lustosa de Oliveira Cabral

BALANÇO FINANCEIRO 2023

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBIES

AURELIO FRANCA VIEIRA
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL
PERÍODO DE GESTÃO: 01/01/2023 À 31/12/2023

Publicado em Março de 2024

CAMARA MUNICIPAL DE PARNAMIRIM
ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO
 Dezembro(31/12/2023)

Exercício de 2023

Pág.: 1

ISOLADO:2 - CAMARA MUNICIPAL DE PARNAMIRIM

INGRESSOS				DISPÊNDIOS			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
RECEITA ORÇAMENTÁRIA		4.850,58	0,00	DESPA ORÇAMENTÁRIA		2.984.850,94	2.466.073,27
ORDINÁRIO		4.850,58	0,00	ORDINÁRIO		2.984.850,94	2.466.073,27
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS		2.992.489,20	2.454.826,92	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS		0,00	869,70
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		2.992.489,20	2.454.826,92	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS - INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA		0,00	0,00
REPASSE RECEBIDO		2.992.489,20	2.454.826,92	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RPPS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		0,00	0,00	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RGPS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RPPS		0,00	0,00	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		0,00	869,70
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RGPS		0,00	0,00	RECURSOS ARRECADADOS - CONCEDIDOS		0,00	869,70
RECEBIMENTOS EXTRA-ORÇAMENTARIOS		370.658,82	379.871,95	PAGAMENTOS EXTRA-ORÇAMENTARIOS		380.867,03	367.755,90
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR		0,00	11.846,77	PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR		11.800,00	0,00
RP NÃO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO		0,00	11.846,77	RP NÃO PROCESSADOS PAGOS		11.800,00	0,00
RP PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO		0,00	0,00	RP PROCESSADOS PAGOS		0,00	0,00
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS		370.658,82	368.025,18	DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS		369.067,03	367.755,90
RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS		5.075,32	7.889,78	CONTRIBUIÇÃO AO RGPS		130.358,27	122.554,43
CONTRIBUIÇÃO AO RGPS		131.941,85	122.618,63	ENCARGOS SOCIAIS - OUTRAS ENTIDADES		2.751,72	2.479,48
ENCARGOS SOCIAIS - OUTRAS ENTIDADES		2.751,72	2.684,56	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF		108.502,73	104.577,13
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF		108.502,73	104.577,13	ISS		3.650,00	0,00
ISS		3.650,00	0,00	RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		118.737,20	130.255,08
RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		118.737,20	130.255,08	RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS		5.067,11	7.889,78
SALDOS DO EXERC. ANTERIOR		0,00	0,00	SALDOS P/O EXERC. SEGUINTE		2.280,63	0,00
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		0,00	0,00	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		2.280,63	0,00
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS		0,00	0,00	CONTA ÚNICA		2.280,63	0,00
				DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS		0,00	0,00
TOTAL		3.367.998,60	2.834.698,87	TOTAL		3.367.998,60	2.834.698,87

FRANCISCO DE ASSIS TAVARES FILHO
 CONTADOR
 08264881459

AURÉLIO FRANÇA VIEIRA
 PRESIDENTE
 02847023402



Documento Assinado Digitalmente por: AURELIO FRANÇA VIEIRA, FRANCISCO DE ASSIS TAVARES FILHO
 Acesso em: https://etce.tee.pe.gov.br/eppl/validaDocumento.aspx?CodigoDoc=3f353067-10e4-44b0-8c4f-6fe0108ef54f

CAMARA MUNICIPAL DE PARNAMIRIM

ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO

B) QUADRO ANEXO

Dezembro(31/12/2023)

ISOLADO:2 - CAMARA MUNICIPAL DE PARNAMIRIM

Exercício de 2023

Pág.: 1



Documento Assinado Digitalmente por: AURELIO FRANÇA VIEIRA, FRANCISCO DE ASSIS TAVARES FILHO
Acesse em: <https://etec.tce-pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 3f353067-10e4-4db0-8c4b-6fe0108ef54f

B) QUADRO ANEXO

ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL			EXERCÍCIO ANTERIOR		
	Receita Orçamentária	Deduções da Receita	Saldo (f=d-e)	Receita Orçamentária	Deduções da Receita	Saldo (f=d-e)
0 ORDINÁRIO	4.850,58	0,00	4.850,58	0,00	0,00	0,00
	4.850,58	0,00	4.850,58	0,00	0,00	0,00
TOTAL	4.850,58	0,00	4.850,58	0,00	0,00	0,00

FRANCISCO DE ASSIS TAVARES FILHO

CONTADOR
08264881459

AURÉLIO FRANÇA VIEIRA

PRESIDENTE
02847023402



APRESENTAÇÃO

O Balanço Financeiro foi elaborado de acordo com o Anexo 13 da Lei Federal 4.320/64, com atualizações guiadas pela Portaria STN nº 438/2012, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – NBCASP e a Instrumentação de Procedimentos Contábeis IPC 06 – Metodologia para Elaboração do Balanço Financeiro vigente. A elaboração da Demonstração Contábil e das Notas Explicativas referentes ao exercício financeiro de 2023 que consolidam as informações de todas as entidades da Poder Legislativo do município de Parnamirim.

As transações contábeis/financeira que deram suporte ao levantamento deste balanço foram registradas no Sistema de Contabilidade Pública Integrado – SCPI – Fiorilli Software registrados em partidas dobradas os quais atendem ao padrão mínimo exigido pelo Decreto Federal nº 7.185, de 27 de maio de 2010. Todos os lançamentos foram realizados durante o ano por servidores municipais efetivos e comissionados, sempre com a supervisão do contador terceirizado, dentro de suas respectivas repartições, com a assessoria e consultoria da INFOCONT – FRANCISCO DE ASSIS TAVARES FILHO - ME.

A execução orçamentária, financeira e patrimonial, apresenta-se em conformidade com diretrizes de lançamentos estabelecidos pela 9ª Edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), conforme Portaria Conjunta STN/SOF/ME nº 117 de 28 de outubro de 2021, Portaria Interministerial STN/SPREV/ME/MTP nº 119 de 28 de outubro de 2021 e Portaria STN nº 1.131, de 04 de novembro de 2021. Sendo assim, à elaboração dessas Demonstrações Contábeis e das Notas Explicativas, tem como objetivo dar transparência referente às informações contábeis, patrimoniais, orçamentárias, econômicas e financeiras do Poder Legislativo do município de Parnamirim.

O Balanço Financeiro é composto por um único quadro que evidencia a movimentação financeira das entidades do setor público, demonstrando: **a.** Receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada, por fonte/destinação de recurso, discriminando as ordinárias e as vinculadas; **b.** Os recebimentos e os pagamentos extraorçamentários; **c.** As transferências recebidas e concedidas, decorrentes ou independentes da execução orçamentária, destacando os aportes de recursos para o RPPS; e **d.** O saldo em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte. Desta forma, será demonstrado o fluxo financeiro da entidade, decorrente das operações orçamentárias e extraorçamentárias apuradas durante todo o exercício de 2023, a qual resulta em aumento ou diminuição das disponibilidades financeiras ao compararmos saldos iniciais e finais.

Por fim as Notas Explicativas do referido demonstrativo seguem as normatizações referentes a Resolução TCE/PE nº 216, 06 de dezembro de 2023, em conformidade com os anexos XIX e XXI, da resolução supracitada, no que diz respeito a sua estrutura mínima e ainda, agregando-se o Demonstrativo de Implantação das Novas Regras Contábeis Aplicadas ao Setor Público.

AURELIO FRANCA VIEIRA
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL
PERÍODO DE GESTÃO: 01/01/2023 À 31/12/2023

FRANCISCO DE ASSIS TAVARES FILHO CRC/PE:025702/O-3

CONTADOR



NOTAS EXPLICATIVAS

(ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO LEI 4.320/64, E SEUS ASPECTOS RELEVANTES)

a) INFORMAÇÕES GERAIS

Nome do órgão ou entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE PARNAMIRIM - PE
Natureza jurídica (conforme código da RFB): 106-6 – Órgão Público do Poder Legislativo Municipal
CNPJ: 35.446.376/00001-09
Domicílio da entidade: RUA DR MIGUEL, 8, CENTRO, PARNAMIRIM - PE CEP: 56.163-000
Natureza das operações e principais atividades do órgão ou entidade: A Câmara Municipal de Parnamirim-PE possui a natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil com o código 106-6 – Órgão Público do Poder Legislativo Municipal, sendo sua atividade principal classificada como 84.11.6-00 – Administração pública geral. A sua execução orçamentária foi realizada baseada na Lei Municipal nº 1.167/2022, de 05 de dezembro de 2022 (Lei Orçamentária Anual – LOA 2022). Sua fonte financeira deriva dos repasses definidos no Art. 29-A da Constituição Federal de 1988. O texto do artigo em questão trata dos percentuais legais a serem repassados e outras informações: Art. 29-A. O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar os seguintes percentuais, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos Artigos 158 e 159, efetivamente realizados no exercício anterior: (Incluídos pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000). I – 7% (sete por cento) para Municípios com população de até 100.000(cem mil) habitantes; (redação dada pela Emenda Constitucional nº 58, de 2009) (produção de efeito). A Câmara de Vereadores se mantém através de transferências financeiras feitas pelo município denominada: Duodécimo.
Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis: A Câmara Municipal de Parnamirim – PE declara que as Demonstrações Contábeis, compreendendo o período de 01 de janeiro a 31 de dezembro do exercício de 2023, apresentam adequadamente a posição: patrimonial e financeira e está em conformidade com as práticas contábeis ao Setor Público – NBCASP, sendo observadas as limitações decorrentes do processo de adesão as NBCASP e as circunstâncias narradas nas notas explicativas. Este balanço contábil foi elaborado de acordo com a estrutura definida na Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pelas Portarias Conjunta STN/SOF/ME nº 117, de 28 de outubro de 2021, Portaria Interministerial STN/SPREV/ME/MTP nº 119, de 04 de novembro de 2021 e Portaria STN nº 1.131, de 04 de novembro de 2021 que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) 9ª Edição. Os registros contábeis estão aderentes às regras estabelecidas nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP 00 - Estrutura Conceitual e NBC TSP 16.7 Consolidação das Demonstrações Contábeis. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do <i>International Federation of Accountants (IFAC)</i> através das <i>International Public Sector Accounting Standards (IPSAS)</i> das quais destacamos a de número 9, 12, 16, 17, 19, 21, 23, 26, 31, 32. Quanto aos aspectos de escrituração e



consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Declaramos ainda, que este demonstrativo atende as normas legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e ainda convergindo com as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE.

Consolidação das Demonstrações Contábeis abrangendo:

Esta demonstração contábil abrange dados executados da administração pública direta da Câmara Municipal de Parnamirim que compõe o Poder Legislativo.

Dados do gestor: AURELIO FRANCA VIEIRA

– Presidente da Câmara Municipal de Parnamirim no período de 01/01/2023 a 31/12/2023.

Dados do contador da Entidade responsável pelos aspectos formais das demonstrações contábeis e notas explicativas:

FRANCISCO DE ASSIS TAVARES FILHO CRC/PE:025702/O-3

Dados do Controlador Geral da entidade:

Nome do Software de Contabilidade utilizado no município: Fiorilli Software Ltda.

Endereço eletrônico do Portal da Transparência:

<https://parnamirim.pe.leg.br/>

b) RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS:

As Demonstrações contábeis apresentam apropriadamente a situação patrimonial, financeira como também seu desempenho econômico ao ser analisado a entidade a qual tais demonstrações são aplicadas, a representatividade desses documentos contábeis tem o compromisso de apresentar a fidedigna resultante dos efeitos das transações, condições e eventuais eventos ocorridos nos critérios e definições reconhecidos para ativos, passivos, receitas e despesas estabelecidos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP 9ª Edição, nesse contexto é apresentado os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito municipal, que afetaram a elaboração das demonstrações contábeis, tendo em consideração as opções e premissas da legislação da contabilidade aplicada ao setor público.

A elaboração do balanço financeiro é realizada obedecendo a Lei nº 4.320/64 e as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – NBCASP, para a estruturação do balanço e conseqüentemente apuração do resultado financeiro foram utilizadas as classes do plano de contas 1(ativo), 2 (Passivo), 3(Variação Patrimoniais Diminutivas), 4 (Variação Patrimonial Aumentativa), 5 (Orçamento Aprovado) e 6 (Execução do Orçamento).

O balanço financeiro utiliza o regime de caixa para o registro de suas receitas e de competência para as despesas, tendo como moeda funcional adotada pelo município o real (R\$). Durante o exercício não houve registros em moedas estrangeiras que resultasse a conversão para moeda funcional vigente.

b.1. Resumo das políticas contábeis significativas:

Os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da entidade, que afetaram a elaboração especificamente do balanço financeiro, tendo em consideração as opções e premissas da legislação afeta a contabilidade aplicada ao setor público.

b.2. Bases de mensuração utilizadas:

Os serviços técnicos da contabilidade foram executados de acordo com a legislação



vigente, permitindo o acompanhamento da execução orçamentária, o reconhecimento patrimonial e o levantamento das demonstrações contábeis no período de janeiro a dezembro de 2023, correspondendo ao exercício financeiro conforme disposto no art. 34, da lei nº 4.320/64 e NBCASP serão utilizados o regime misto nas operações orçamentárias. De caixa para as receitas e competência para as despesas. Quanto à execução orçamentária e fiscal os atos e fatos contábeis se basearam nas políticas de registros patrimoniais dos grupos descritos logo abaixo:

- A moeda utilizada para os registros contábeis foi o real com valores históricos e constantes.
- Para estruturação do balanço e consequente apuração do resultado financeiro foram utilizadas as classes do plano de contas 1 (Ativo) e 2 (Passivo) para os recebimentos e pagamentos extraorçamentários de depósitos restituíveis e valores vinculados, saldo em espécie do exercício anterior e saldo em espécie para o exercício seguinte. Foi utilizado a classe 3 (Variações Patrimoniais Diminutivas), para as transferências financeiras concedidas e classe 4 (Variações Patrimoniais Aumentativas), para as transferências financeiras recebidas. A classe 5 (Orçamento Aprovado) serviu para o registro da inscrição de restos a pagar e classe 6 (Execução do Orçamento) para o devido registro das receitas orçamentárias e despesas orçamentárias, além dos pagamentos de restos a pagar.
- As retenções são consideradas como pagas no momento da liquidação, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentários e apropriados orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo em espécie que necessitem de eventuais ajustes.
- Foi incluído no saldo em espécie anterior e final a linha investimentos e aplicações temporárias do nível 1.1.4 por se tratar de investimentos realizados pelo RPPS em títulos de emissão do Tesouro Nacional, em conformidade com as Resoluções CMN nºs 3.992/2010 e 4.695/2018. Esta classificação está em conformidade com o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) 9ª Edição, tanto em relação a estrutura do plano de contas, como a estrutura das demonstrações contábeis no Anexo V, além de atender o IPC nº 00. Estes valores são idênticos a linha “Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo” no Ativo Circulante do Balanço Patrimonial
- O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades das entidades municipais consolidadas. No Balanço Financeiro é possível realizar a apuração do resultado de duas maneiras obedecendo as seguintes equações:

Forma 1:

Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (-) Saldo em Espécie do Exercício Anterior = Resultado Financeiro do Exercício;

Forma 2:

Receita Orçamentária + TFR + Recebimentos Extraorçamentários (-) Despesa Orçamentária (-) TFC (-) Pagamentos Extraorçamentários = Resultado Financeiro do Exercício

A execução dos trabalhos e estrutura das demonstrações contábeis foi executada em observância ao disposto nas Leis nº. 4.320/1964 nº. 101/2000, nas Portarias MF nº 184/2008 e STN nº.538/2015, 634/2013 e 700/2014 além das Normas Brasileiras de



Contabilidade Aplicadas ao Setor Público do Conselho Federal de Contabilidade.

Para a contabilização da execução dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social foram utilizados o regime de caixa para a arrecadação das receitas e o de competência para execução das despesas, em conformidade com o art. 35 da Lei n.º 4.320/64, de forma integrada com as NBCASP – Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e os princípios contábeis estabelecidos pela Resolução nº 750, de 29 de dezembro de 1993, do Conselho Federal de Contabilidade.

b.3.Novas normas e políticas contábeis alteradas:

Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas nos demonstrativos decorrentes de normas de contabilidade ou que tenham por objetivo tornar a informação confiável e relevante sobre os efeitos das transações ou outros eventos ou condições acerca da posição orçamentária, patrimonial, do resultado patrimonial ou dos fluxos de caixa.

b.4.Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:

Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativas quanto ao Balanço Financeiro. A classificação de ativos, a constituição de provisões, o reconhecimento de variações patrimoniais e a transferência de riscos e benefícios significativos sobre a propriedade de ativos para outros órgãos e entidades serão apontados nas notas explicativas do balanço patrimonial.

**c) INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS
NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ATRAVÉS DAS REFERÊNCIAS CRUZADAS:**

c.1.Referências cruzadas e notas explicativas:

A seguir serão apresentadas de forma sistemática as referências cruzadas com o título “Nota” seguida do respectivo número, baseadas em grupos de contas ou informações do demonstrativo contábil facilitando a interpretação dos usuários.

(NE1) RECEITA ORÇAMENTÁRIA: Houve lançamento contábil de arrecadação no subsistema orçamentário e financeiro referente aos rendimentos de aplicação financeira de liquidez imediata vinculada a conta corrente no valor de R\$ 4.850,58; oriundo de impostos e de transferências de convênios, transferência constitucionais e legais;

(NE2) TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRA RECEBIDAS: O valor contabilizado das transferências financeiras recebidas para a execução orçamentária foi de R\$ 2.992.489,20.

RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS: Os ingressos extraorçamentários totalizaram R\$ 370.658,82, sendo esses valores exclusivamente de Inscrição de **(NE3) Restos a Pagar Não Processados de R\$0,00** , **(NE4) Restos a Pagar Processados de R\$0,00** , **(NE5) DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS de R\$0,00** e **(NE6) OUTROS RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS de R\$ 370.658,82.**



(NE7) SALDO DO ANTERIOR: O valor disponível em bancos em 31/12/2022 foi de **R\$ 0,00**.

(NE8) DESPESAS ORÇAMENTÁRIA EMPENHADA: As despesas orçamentárias empenhadas foram de **R\$ 2.984.850,94**.

TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRA CONCEDIDAS: O valor contabilizado das transferências financeiras concedidas para a execução orçamentária foi de **R\$ 0,00**.

DISPÊNDIOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS: Os desembolsos extraorçamentários totalizaram **R\$ 380.867,03**. Sendo esses valores exclusivamente **(NE9) PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS de R\$11.800,00, (NE10) RESTOS A PAGAR PROCESSADOS, (NE11) DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS DE R\$ 369.067,03 e (NE12) OUTROS PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS de R\$0,00**.

(NE13) SALDO EM ESPÉCIE PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE: O valor disponível em banco para o exercício de 2023 foi de **R\$ 2.280,63**.

d) OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

d.1.Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos:

Os ativos e passivos contingentes poderão ser reconhecidos nas demonstrações contábeis nas contas de controle dos atos potenciais ativos e passivos.

d.2.Divulgações não financeiras:

Não se aplica a este demonstrativo.

d.3.Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:

Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da entidade.

d.4.Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros:

Não há o que registrar quanto a este demonstrativo.

e) SALDOS SIGNIFICATIVOS DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA MANTIDOS, MAS QUE NÃO ESTEJAM DISPONÍVEIS PARA USO IMEDIATO POR RESTRIÇÕES LEGAIS OU CONTROLE CAMBIAL:

Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2023
0,00	0,00



f) INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE TRANSAÇÕES DE INVESTIMENTOS E FINANCIAMENTOS QUE NÃO ENVOLVEM O USO DE CAIXA:

Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2023
0,00	0,00

g) Eventuais Ajustes relacionados às Retenções e Outras Operações que impactem no Balanço Financeiro:

As retenções são consideradas como pagas no momento da liquidação, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentários e apropriados orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo em espécie que necessitem de eventuais ajustes.

h) INFORMAÇÕES ADICIONAIS EXIGIDAS PELO ANEXO XIX E XXI DA RESOLUÇÃO TCE-PE Nº 216/2023 E PELO ÍNDICE DE CONSISTÊNCIA E CONVERGÊNCIA CONTÁBIL (ICC) DO TCE-PE:

h.1.Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis:

Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada, por fonte/destinação de recursos discriminando as ordinárias e as vinculadas; os recebimentos e pagamentos extraorçamentários; as transferências financeiras recebidas e concedidas, decorrentes ou independentes da execução orçamentária; e o saldo em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte (caixa e equivalente de caixa e depósitos restituíveis e valores vinculados). O demonstrativo também evidencia em coluna específica os valores do exercício anterior permitindo a comparação de valores e a análise vertical ou horizontal. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.

h.2.Eventuais Ajustes relacionados às Retenções e Outras Operações que impactem no Balanço Financeiro:

As retenções são consideradas como pagas no momento da liquidação, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentários e apropriados orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo em espécie que necessitem de eventuais ajustes.

h.3 Segregação das Transferências Financeiras recebidas e concedidas:

	2023	2022



TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	2.992.489,20	2.454.826,92
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	0	0

i) PLANO DE IMPLANTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS (PIPCP) CONFORME PORTARIA STN Nº 548/2015:

Para esta entidade está sendo utilizados os prazos mais restritivos estabelecidos pela Portaria STN nº 548/2015, para cidades abaixo de 50.000 habitantes.

i.1. Demonstrativo de implantação das novas regras contábeis aplicadas ao setor público (Poder Executivo e demais entidades da administração direta e indireta):

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ORÇAMENTARIOS - PARTE I DO MCASP				
Ação	1. Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Controle Interno	31/12/2017	concluído
PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS - PARTE II DO MCASP				
Ação	1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receita..			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	CONTABILIDADE	01/01/2022	Concluído
Ação	2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	CONTABILIDADE	01/01/2022	Concluído
Ação	3. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas..			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	CONTABILIDADE	01/01/2018	Concluído
Ação	4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas..			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual



	Registros contábeis conforme MCASP.	CONTABILIDADE	Imediato	Concluído
Ação	5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP	CONTABILIDADE	01/01/2022	concluído
Ação	6. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP	CONTABILIDADE	01/01/2022	Em Andamento
Ação	7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP	CONTABILIDADE	01/01/2022	Concluído
Ação	8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP	CONTABILIDADE	01/01/2023	Em andamento
Ação	9. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP	CONTABILIDADE	01/01/2023	Em andamento
Ação	10. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP	CONTABILIDADE	01/01/2022	Concluído
Ação	11. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias etc.).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP	CONTABILIDADE	01/01/2018	Concluído
Ação	12. Reconhecimento, mensuração e provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual



	Registros contábeis conforme MCASP	CONTABILIDADE	Imediato	Concluído
Ação	13. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência..			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP	CONTABILIDADE	01/01/2016	Concluído
Ação	14. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP	CONTABILIDADE	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Concluído
Ação	15. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangível e eventuais amortizações, reavaliações e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP	CONTABILIDADE	01/01/2022	Em Andamento
Ação	16. Outros ativos intangíveis e eventuais amortizações e reduções a valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP	CONTABILIDADE	A ser definido em ato normativo específico da STN	Em Andamento
Ação	17. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável..			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP	CONTABILIDADE	01/01/2022	Concluído
Ação	18. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP	CONTABILIDADE	01/01/2022	Em Andamento
Ação	19. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP	CONTABILIDADE	A ser definido em ato normativo	Concluído



			específico da STN	
--	--	--	-------------------	--

PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO - PARTE III DO MCASP				
Ação	1. Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - FUNDEB..			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP	CONTABILIDADE	Imediato	Concluído
Ação	2. Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - OPERAÇÕES DE CRÉDITO.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP	CONTABILIDADE	Imediato	Concluído
Ação	3. Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Evidenciação das demonstrações contábeis com a "Nova" estrutura do MCASP.	CONTABILIDADE	Imediato	Concluído
Ação	4. Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - DÍVIDA ATIVA.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Evidenciação das demonstrações contábeis com a "Nova" estrutura do MCASP.	CONTABILIDADE	Imediato	Concluído
Ação	5. Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - PRECATÓRIOS.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Evidenciação das demonstrações contábeis com a "Nova" estrutura do MCASP.	CONTABILIDADE	Imediato	Concluído
Ação	6. Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - CONSÓRCIOS..			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Evidenciação das demonstrações contábeis com a "Nova" estrutura do MCASP.	CONTABILIDADE	Imediato	Concluído

PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO - PARTE IV DO MCASP				
Ação	Aplicação do Plano de Contas, detalhado no nível exigido para a consolidação das contas nacionais.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Evidenciação das demonstrações contábeis com a "Nova" estrutura do MCASP.	CONTABILIDADE	Imediato	Concluído

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO - PARTE V DO MCASP

CÂMARA MUNICIPAL DE PARNAMIRIM
BALANÇO FINANCEIRO - Exercício de 2023
Notas Explicativas



(os Anexos IX e XI da Resolução TCE-PE nº 216, de 06 de dezembro de 2023).

Ação	Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Evidenciação das demonstrações contábeis com a “Nova” estrutura do MCASP.	CONTABILIDADE	Imediato	Concluído